

Cronologia

1500 – Uma esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral chega à parte da América que se converteria no Brasil, como colônia portuguesa.

1537 – O rei D. João III inaugura a legislação de imprensa em Portugal e suas colônias ao conceder ao cego Baltazar Dias a exclusividade da impressão de suas obras, mas sujeitas à censura, no tocante aos aspectos religiosos.

1603 – São publicadas as Ordenações Filipinas, uma consolidação legal preparada por Filipe II de Espanha, que assumira a coroa portuguesa como Filipe I (mas que, a essa altura, fora sucedido no trono por seu filho, respectivamente Filipe III e Filipe II). As Ordenações Filipinas, das quais muitos dispositivos permaneceriam em vigor em Portugal até 1867 e no Brasil até 1917, dedicavam seu título 102 às limitações à imprensa.

1647 – Com parte do território brasileiro sob ocupação holandesa, é publicado *Brasilsche Gelt-Sack*, tendo o Brasil como local de impressão. Esse folheto seria o primeiro texto impresso no país, embora a indicação do local de impressão seja considerada falsa. É certo, contudo, que os holandeses comandados por Nassau fizeram gestões com o objetivo de instalar uma oficina tipográfica em seus domínios no Nordeste brasileiro.

1706 – Uma Carta Régia enviada ao governador Francisco de Castro Moraes ordena o seqüestro das “letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos”. O material supostamente pertenceria a um

impressor de Recife cujo nome é até hoje desconhecido. Não há qualquer informação sobre sua identidade, sua oficina ou o produto de seu trabalho. A única referência documental é a medida repressiva a respeito de cuja data os historiadores também divergem.

1746 – Antônio Isidoro da Fonseca transfere sua oficina de Lisboa para o Rio de Janeiro. É o primeiro prelo a funcionar no Brasil. Com a devida autorização do governador Gomes Freire, imprimiu três textos que, apesar de não constituírem ameaça à ordem colonial, foram objeto de uma Ordem Régia em 1747, mandando seqüestrar e enviar as “letras de imprensa de volta ao Reino, por conta e risco de seus donos”.

1808 – 1º de junho. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça funda, em Londres, o *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro. Mensal, circulou até 1822, sempre editado e impresso na Grã-Bretanha. Tinha formato *in octavo*, comum à época (22cm x 14cm conforme a edição fac-similar, ver bibliografia). Cada edição tinha entre 72 e 140 páginas, embora tenha chegado a 236, em agosto de 1812. Em 1822, quando já era vendido legalmente no Rio de Janeiro, seu preço era de 1.280 réis, cerca de R\$ 71,70 aos preços de hoje.

1808 – 10 de setembro. Começa a circular a oficialista *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil, dirigido por Frei Tibúrcio José da Rocha. Tinha o formato *in quarto* (no caso 29cm x 21cm, conforme fac-símile distribuído pelo Museu da Imprensa) e era vendida ao preço de 80 réis o número avulso, valor que subia para 160 réis no caso das edições extraordinárias. As assinaturas normais custavam 1.900 réis, um valor considerável quando se compara com o preço médio de um escravo jovem, que em 1807 era vendido por 122,8 mil réis.

1821 – 1º de março. É lançado o *Conciliador do Reino Unido*, primeiro jornal privado brasileiro, editado por José da Silva Lisboa. Era impresso na única tipografia do Rio de Janeiro, a Imprensa Régia, da qual era um dos diretores. Foram publicados sete números em tamanho *in quarto*, com 67 páginas cada um.

1821 – 1º de junho. Começa a circular o *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal diário e o primeiro de informação geral privado do país, criado por Zeferino Vito de Meireles, que fizera carreira na Imprensa Régia, subindo de operário a vice-administrador. No ano seguinte, passou a contar com uma tipografia própria. Por muito tempo foi conhecido como Diário da Manteiga porque seu preço de capa era de 40 réis, o mesmo de uma porção do produto. Foi o mais longo dos jornais criados antes da Independência, tendo circulado até 1878.

1821 – 15 de setembro. Surge o primeiro jornal declaradamente de oposição ao governo português e defensor da independência: o *Revérbero Constitucional Fluminense*, editado por Gonçalves Ledo.

1822 – 9 de abril. Cipriano José Barata de Almeida lança, em Recife, o *Sentinela da Liberdade*, o primeiro jornal republicano brasileiro. Foi também o primeiro de uma série de jornais cujo longo nome começava por Sentinela da Liberdade e era complementado pelo local em que o editor se encontrava preso.

1822 – 10 de abril. Começa a circular o *Correio do Rio de Janeiro*, editado por João Soares Lisboa, quem primeiro usou a imprensa para defender a convocação de uma constituinte brasileira. Teve, também, o “privilégio” – do qual se orgulhava – de ser a

primeira pessoa processada no Brasil por abuso da liberdade de imprensa.

1823 – 25 de dezembro. Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, que ao ser ordenado carmelita homenageara seu pai, tanoeiro de profissão, adotando o nome de “Frei Caneca”, lança o *Typhis Pernambucano*, denunciando o absolutismo representado pela dissolução da Assembléia Constituinte por D. Pedro I, defendendo a liberdade de imprensa e condenando a escravidão. Durante a repressão à Confederação do Equador (revolta contra o poder central que eclodiu em 1824), Frei Caneca foi preso em combate e fuzilado no dia 15 de fevereiro de 1825, tornando-se o primeiro mártir da imprensa brasileira.

1825 – 7 de novembro. O tipógrafo Antônio Miranda Falcão lança, em Recife, o *Diário de Pernambuco*, o jornal mais antigo em circulação na América Latina. Seu prelo de madeira, o construído no país há mais tempo de que se tem registro, encontra-se no Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

1829 – 23 de outubro. Líbero Badaró lança, em São Paulo, o *Observatório Constitucional*. Crítico em relação ao autoritarismo do Imperador, Badaró morreu, no dia 21 de novembro de 1830, em consequência do atentado a bala de que fora vítima na véspera. Um alto funcionário imperial chegou a ser processado como mandante do crime, mas foi absolvido por seus pares, por falta de provas. Badaró tornou-se, assim, o primeiro jornalista assassinado no Brasil em virtude do que escrevia, inaugurando, também, a impunidade nos crimes do gênero.

1836 – 3 de fevereiro. Lançado em São Leopoldo, *O Colono Alemão*, foi primeiro jornal brasileiro dirigido à comunidade de imigrantes. Redigido em português

pelo ex-oficial prussiano Hernann von Salisch e partidário da Revolução Farroupilha, esse bissemanário deixou de circular no nº 13, em 17/3/1936.

1845 – 18 de setembro. A Lei 369, que fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1845-46, autoriza o governo a comprar um prelo mecânico e novos tipos. É o primeiro prelo mecânico do Brasil. Não há registro de sua chegada ao país, mas ele se encontra no Museu da Imprensa, em Brasília. Foi fabricado em 1833 e nele trabalharam Machado de Assis e Lima Barreto.

1852 – 1º de janeiro. Circula no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*, o primeiro jornal dirigido ao público feminino comprovadamente administrado por mulheres do Brasil. Fundado por Joana Paula Manso de Noronha, a partir de 4 de julho foi dirigido por V. A. Ximenes de Bivar e Velasco, filha do redator do primeiro jornal da Bahia, o *Idade d'Ouro*, e de *As Variedades*.

1852 – 2 de agosto. Circula no Rio Grande do Sul o *Der Kolonist: Wochenblatt fuer Handel, Gewerbe und Landbau* (O Colono: Semanário para Comércio, Indústria e Agricultura), impresso na gráfica do jornal porto-alegrense *Mercantil*. É o primeiro jornal brasileiro dirigido à comunidade imigrante no idioma nativo.

1858 – Machado de Assis, considerado o maior escritor brasileiro de todos os tempos, inicia sua colaboração no jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro. Ao longo dos 50 anos seguintes passará por vários jornais como revisor, cronista, tradutor e folhetinista. Outros importantes escritores do século XIX, como Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar, também publicam seus romances nos jornais

sob a forma de folhetins, antes de publicá-los como livro.

1874 – 19 de janeiro. Inauguração do cabo telegráfico submarino ligando o Brasil à Europa. Com isso, as agências noticiosas *Reuters* e *Havas* instalaram escritório conjunto no país, cujos jornais passaram a receber informação internacional atualizada.

1875 – 4 de janeiro. Um grupo de republicanos e abolicionistas funda o jornal *A Província de São Paulo*, dirigido por Francisco Rangel Pestana e Américo Campos. Com a proclamação da República, em 1889, *A Província* passa a se chamar *O Estado de S.Paulo*, cuja direção é assumida, em 1891, por Júlio Mesquita. Ao longo das décadas de 1870 e 1880, em todo o Brasil surgem jornais republicanos e pró-abolição, nem sempre defendendo as duas causas simultaneamente.

1878 – 20 de julho. A revista ilustrada e humorística *O Besouro*, do Rio de Janeiro, fundada pelo cartunista português Rafael Bordalo Pinheiro, publica as primeiras fotos da imprensa brasileira, retratando crianças vítimas da seca do Nordeste.

1889 – dezembro. *A Tribuna Liberal*, dirigida por Carlos de Laet, mantém-se como defensor da monarquia após a proclamação da república e torna-se o primeiro jornal cuja circulação é suspensa pelo governo republicano. Volta a circular em julho do ano seguinte com o título reduzido para *A Tribuna*, dirigido por Antônio de Medeiros. Empastelado em 29 de novembro de 1890, leva os jornais do Rio de Janeiro, inclusive os republicanos, a protestarem com a divulgação da nota "Liberdade de Imprensa", publicada por todos os periódicos da cidade. No Congresso, os parlamentares exigem a apuração dos fatos e a punição dos culpados, e o ministério pede demissão coletiva, pedido retirado posteriormente.

1892 – Os jornais brasileiros buscam aumentar a circulação com o recurso aos primeiros jornaleiros e à instalação das primeiras bancas de jornais e revistas.

1897 – A envergadura da campanha militar contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, em Canudos, faz com que os principais jornais brasileiros mandassem correspondentes ao sertão baiano, de onde, pela primeira vez na história da imprensa nacional, enviam suas matérias às redações pelo telégrafo. Entre esses profissionais estava Euclides da Cunha, cujo relato seria lançado posteriormente como livro com o título de *Os Sertões*, ainda hoje um clássico da literatura brasileira.

1907 - O jornal carioca *Gazeta de Notícias*, fundado em 1875, torna-se o primeiro jornal brasileiro a usar cores.

1923 – 31 de outubro. Com o país sob estado de sítio, entra em vigor a Lei de Imprensa conhecida pelo nome do autor do projeto que a originou, o senador paulista Adolfo Gordo. Entre seus dispositivos repressivos estavam alguns que seriam reafirmados pelas leis autoritárias posteriores, como a Lei de Imprensa de 1967: responsabilidade sucessiva, penas de prisão e multa para os autores de supostos abusos, entre os quais ofensas ao presidente da República e a chefes de Estado estrangeiros, proibição do anonimato, e outros.

1924 – 2 de outubro. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo compra o diário carioca *O Jornal*, a partir do qual constituiria os Diários Associados, o primeiro e maior conglomerado de mídia da história do Brasil, formado por 85 veículos de comunicação, entre os quais mais de 30 jornais.

1925 - 29 de julho. Irineu Marinho, proprietário do jornal carioca *A Noite*, lança o matutino *O Globo*.

Três semanas mais tarde, falece. Seu primogênito, Roberto, com apenas 20 anos, assume a direção da empresa a partir da qual constituiria a maior rede de televisão do país.

1930 – 24 de outubro. Na seqüência da revolução iniciada em 3 de outubro, o presidente da República, Washington Luís, é preso e substituído por uma junta militar. Em diversas cidades do país, jornais identificados com o governo deposto são empastelados.

1939 – 27 de dezembro. Pelo Decreto-Lei nº 1.915, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja finalidade, no que se refere à imprensa, consta das alíneas do art. 2º: c) fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei; h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais; n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral; q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos. De imediato, isso significa o veto ao registro de 420 jornais e 346 revistas.

1950 – O *Diário Carioca* adota o primeiro manual de redação e estilo do Brasil - um folheto de 16 páginas, com o título *Regras de redação do Diário Carioca*.

Elaborado por Pompeu de Souza, consolidava as técnicas jornalísticas norte-americanas que estavam sendo introduzidas no país, como o lead e a pirâmide invertida.

1954 – 24 de agosto. Getúlio Vargas suicida-se. Em diversas cidades do país, jornais identificados com a oposição ao seu governo são responsabilizados pelo fato e, em alguns casos, empastelados.

1967 – 9 de fevereiro. O marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que assumira a presidência da República com o golpe militar de 1964, assina uma nova Lei de Imprensa (Lei nº 5.250). O texto, que ainda está em vigor (exceto os dispositivos suspensos pelo Supremo Tribunal Federal em 2008), reafirma o conteúdo repressivo de legislação anterior, tais como a responsabilidade sucessiva, as penas de prisão e multa para uma longa lista de supostos crimes.

1967 – 9 de julho. O jornal *Cidade de Santos* torna-se o primeiro jornal brasileiro a adotar o sistema offset – uma revolução tecnológica pela qual fotolitos substituíam o molde de chumbo das páginas. Desapareciam das oficinas o chumbo, o “flan” e a calandra, substituídos pelo filme e pelas chapas de alumínio.

1969 – 17 de outubro. Editado o Decreto-Lei 972, o exercício da profissão de jornalista passa a ser exclusividade de formados em “curso superior de jornalismo”.

1970 – 26 de janeiro. A pretexto de coibir “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”, o governo militar baixa o Decreto-Lei nº 1.077. Na prática, esse decreto-lei institui a censura à imprensa e aos meios de comunicação em geral.

1971 – O chumbo começa a desaparecer totalmente dos parques gráficos dos jornais brasileiros com a introdução da fotocomposição.

1986 – 5 de maio. Começa a circular, em Florianópolis, o *Diário Catarinense*, o primeiro jornal totalmente informatizado da América Latina.

1988 – 5 de outubro. Promulgada a nova Constituição Federal. A liberdade de imprensa é assegurada e vedada toda forma de censura política, ideológica ou artística.

1995 – 28 de maio. Inaugurado o primeiro jornal eletrônico do país, o *JB Online*.

1996 – 28 de abril. Lançado, em caráter experimental, o Universo Online base da *Folha Online*, o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa.

1996 – 6 de agosto. O presidente Fernando Henrique Cardoso assina a adesão formal do Brasil à Declaração de Chapultepec sobre Liberdade de Imprensa nas Américas. O ato seria repetido por seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, em 3 de maio de 2006.

1998 – 6 de julho de 1998. O Presidente Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei Nº 9.688, que extingue os cargos de Censor Federal.

2002 – 28 de maio. Promulgada a Emenda Constitucional nº 36, que permite a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão. Complementada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro do mesmo ano, a nova legislação permite a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão com até 30% do capital total e do capital votante dessas empresas e somente de forma indireta,

por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no país.

2008 – 27 de fevereiro. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referenda a liminar do ministro Carlos Ayres Britto suspendendo 20 dos 77 artigos da Lei de Imprensa (Lei 5.250/67). A liminar foi concedida numa ação (ADPF 130) ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).